

A MUSEALIZAÇÃO DA COLEÇÃO ETNOGRÁFICA DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

Alegria Benchimol¹

Museu Paraense Emílio Goeldi

RESUMO:

Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo para investigar o processo de musealização (aquisição, pesquisa, conservação, documentação e comunicação) a que é submetida a Coleção Etnográfica do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), patrimônio cultural brasileiro. Foram realizadas pesquisas documental e bibliográfica como técnicas de coleta de dados. Foram examinados os conceitos de “artefato”, “objeto etnográfico” e “mentefato”, além de se fazer um breve histórico sobre a ampliação do conceito de documento. Os resultados mostraram que as fases do processo de musealização da coleção etnográfica são interdependentes, complementares e definem o status do objeto como patrimônio.

PALAVRAS CHAVE:

Musealização, coleção etnográfica, patrimônio cultural, Museu Paraense Emílio Goeldi.

The musealization of the ethnographic collection of the Goeldi Museum

ABSTRACT:

This is a qualitative research to investigate the musealization process (acquisition, research, conservation, documentation and communication) that the Ethnographic Collection of the Emílio Goeldi Museum, Brazilian cultural heritage, is subjected. There were documentary and bibliographic research, such as data collection techniques, carried out. In addition to the examination of the concepts of “artifact”, “ethnographic object” and “mentifact”, a brief history of the expansion of the concept paper was made. The results showed that the phases of the ethnographic collection musealization process are interdependent, complementary and define the status of the object as heritage.

KEYWORDS:

Musealization, Ethnographic Collection, Cultural Heritage, Emilio Goeldi Museum.

¹ Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). e-mail: alegria.benchimol@gmail.com.

Introdução

A navegação marítima foi o mais importante meio de difusão comercial e cultural durante certo período da história da humanidade. Foi pelo mar que povos europeus, sobretudo os portugueses, descobriram novos mundos e chegaram ao Brasil em 1500. Vindos da Europa ou do próprio continente americano, por vias marítimas, chegaram à Amazônia, apenas em 1616. Nos séculos XVIII e XIX, foram muitos os cientistas que estudaram e se fascinaram com a grandiosidade e com a diversidade da flora e da fauna amazônicas. Por vias fluviais, vários desses homens de ciência chegaram e embrenharam-se na floresta amazônica a fim de coletar e pesquisar a vida dos ribeirinhos e, com destemor e assombro, a riqueza da fauna e flora, bem como o modo de vida dos povos da floresta. Deixaram rico legado pessoal e científico sobre os três reinos da natureza, um acervo de valor inestimável ao país, uma vez que, além de vasta literatura científica, abasteceram os museus nacionais e estrangeiros com inestimáveis objetos etnográficos, plantas, animais e minerais.

A atividade desses viajantes naturalistas gerou coleções de objetos, trazidos de lugares distantes pelos impérios europeus, e que tomaram impulso com o surgimento de museus, no Velho e Novo mundo. Nesse sentido, colecionar é uma atividade que remete a tempos bem remotos, pois “os tesouros dos templos antigos e das igrejas medievais antecedem o colecionismo moderno” (Schaer, 1993:14), mas tal prática se desenvolveu, de fato, dos séculos XV ao XVIII, na Europa. Para Gonçalves (2007:109), o “coleccionamento” é uma categoria de pensamento que traduz, de certo modo, o processo de formação de “patrimônios”.

Estes [os patrimônios], em seu sentido moderno, podem ser interpretados como coleções de objetos móveis e imóveis apropriados e expostos por determinados grupos sociais [...] O resultado dessa atividade é precisamente a constituição de um patrimônio (Pomian, 1997; Clifford, 1985 apud Gonçalves, 2007).

O Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), situado em Belém do Pará, é um Instituto de Pesquisa vinculado ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Fundado em 1866, é a mais antiga instituição científica em atividade na Amazônia. Em seu acervo, há coleções de Botânica, Zoologia, Ciências da Terra e Ciências Humanas que juntas totalizam mais de dois milhões de itens.

A sua coleção etnográfica foi tombada em maio de 1940, com o processo de número 135, iniciado em 1938, quando o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) registra no seu Livro de Tombo a obra *Coleção arqueológica e etnográfica do Museu Paraense Emílio Goeldi*. A partir desse fato, a coleção do MPEG passou a pertencer a uma categoria do IPHAN conhecida como “Patrimônio arqueológico, etnográfico e paisagístico”. Como tal, é considerada, pela Constituição brasileira de 1988, patrimônio cultural, que abarca o patrimônio de Ciência e Tecnologia (C&T), devendo por isso ser preservada, comunicada, e as informações agregadas a esses objetos precisam ser transmitidas e difundidas (Granato, 2009).

O objetivo deste artigo é examinar o processo de musealização dos objetos etnográficos no MPEG como instrumento de institucionalização e patrimo-

nialização da sua coleção etnográfica. Como suporte teórico, foram investigados os conceitos de “artefato”, “objeto etnográfico” e “mentefato”, além de se fazer um breve histórico sobre a ampliação do conceito de documento.

Bases Teóricas

Neste artigo se discute o percurso seguido pela informação do “artefato” indígena, desde que ele é produzido num contexto primário até o momento em que é musealizado e se torna documento passando a ser chamado de “objeto etnográfico”. O debate se inicia com o conceito etimológico do termo objeto, que vem do latim *objectum* significando atirar contra; objeto é também uma coisa existente fora de nós mesmos, colocada com um caráter material. Na Filosofia, o objeto é pensado em contraposição ao sujeito (homem), que é o ser pensante, e vai ao encontro da ideia de coisa externa ao homem (Larousse apud Moles, 1981).

Os conceitos de “artefato”, “objeto etnográfico” e “mentefato” serão examinados no artigo ora proposto. De acordo com os dicionários de Houaiss (2001) e de Ferreira (2004), respectivamente, o “artefato” “é uma forma de cultura material ou produto deliberado da mão de obra humana” e considerado como “qualquer objeto manufaturado”, ou seja, produzido à mão. Em debate mais especializado sobre o tema, o “artefato” é caracterizado como um instrumento não acabado (Leroi-Gourhan, 1985 apud Chiarotti, 2005) e que é inscrito dentro dos usos e utilizações, tendo sentido, apenas, se for usado em alguma atividade. É definido por uma ação ou uso, que lhe é destinado (Chiarotti, 2005).

Para Mensch (1992) “artefatos” e “naturália”, que nem sempre têm uma distinção clara, referem-se a coisas concretas e perceptíveis. Por outro lado, o mesmo autor, baseado em Stránsky, afirma que “mentefato” se relaciona aos dados abstratos dos objetos, sem considerar o suporte físico, como textos, gráficos, bancos de dados eletrônicos, músicas, etc. Na esteira do pensamento de Mensch, é possível dizer que, enquanto o “artefato” se refere ao palpável e ao objeto em si, o “mentefato” diz respeito ao que é construído por uma ciência sobre este objeto, ao olhar que o cientista lança sobre o mesmo; às construções teóricas e interpretações que podem ser extraídas desse objeto por quem o pesquisa. No que se refere ao objeto etnográfico, Velthem afirma

[...] é preciso destacar que ele [artefato] é criado em um contexto particular, referente a uma sociedade humana específica, na qual está inserido em vários planos: técnico, produtivo, estético, simbólico [...] Entretanto, não é o fato de um objeto ser utilizado numa aldeia indígena do Sul do Pará, vendido em um mercado popular no sertão de Pernambuco ou estar na casa de um agricultor de origem ucraniana em Santa Catarina que o transforma em objeto etnográfico. O que o caracteriza como tal é o fato de refletir sempre um processo de definição, de segmentação, de transposição a uma instituição pública ou privada (Velthem, 2012: 53).

O objeto etnográfico, categoria de objeto museológico, se consolidou como tal e assumiu a importância que tem hoje quando saiu de seu contexto primário e passou a ser preservado num museu. Segundo os autores da Museologia, Desvallées e Mairesse (2013: 57), o conceito clássico de objeto museológico

lógico remete ao processo de musealização, entendido como “extração, física e conceitual, de uma coisa do seu meio natural ou cultural de origem” que opera “uma mudança do estatuto do objeto”. E “uma vez dentro do museu, assume o papel de evidência material ou imaterial do homem e do seu meio, e uma fonte de estudo [...]”.

Por processo de musealização, de acordo com os mesmos autores (2013: 58) entende-se “o conjunto de atividades do museu: um trabalho de preservação (seleção, aquisição, gestão, conservação), de pesquisa (e, portanto, de catalogação) e de comunicação (por meio de exposição, das publicações, etc.)”. E, desse modo, o “objeto portador de informações, ou objeto documento musealizado, inscreve-se no coração da atividade científica do museu”.

Para melhor compreender o processo de musealização pelo qual um objeto etnográfico é submetido no MPEG desde que ele é produzido até o momento em que é inserido na Instituição, é fundamental dissertar sobre a ampliação do conceito de documento ao longo do tempo.

A ampliação do conceito de documento

Os dois dicionários mais conhecidos da língua portuguesa apontam o termo documento, em acepções convergentes, para qualquer anotação que se possa consultar, a fim de esclarecer, provar ou comprovar algum fato ou acontecimento. Segundo Houaiss (2001), documento é “qualquer escrito usado para esclarecer determinada coisa; atestado escrito que sirva de prova ou testemunho; qualquer registro escrito”. Enquanto Ferreira (2004) afirma que o vocábulo significa “qualquer base de conhecimento, fixada materialmente e disposta de maneira que se possa utilizar para consulta, estudo ou prova”. Os autores supracitados preservam, em suas definições, a gênese etimológica do termo documento, mas, principalmente, destacam, como características, “o registro escrito” e “fixada materialmente”.

Num dicionário especializado, a etimologia do vocábulo documento significa “título ou diploma que serve de prova; declaração escrita para servir de prova” (Cunha: 2007). O termo é oriundo do latim *documentum*, de *docere*, que remete a ensinar, mostrar, informar. Segundo Le Goff (1992), o significado do termo evoluiu de ‘ensinar’ para ‘provar’ e é usado frequentemente no vocabulário judiciário, todavia, apenas no século XIX, o sentido de ‘testemunho’ é utilizado. No final daquele século e início do século XX, o termo documento afirma-se essencialmente como “testemunho escrito” e será o fundamento do fato histórico, numa visão positivista da História.

Fustel de Coulanges demonstra visão mais ampla do que se aceita como documento até então, quando afirma que a História precisa buscar fundamentos não apenas no que está registrado, mas também em fábulas, sonhos e em qualquer marca da vida e da inteligência humana (Fustel de Coulanges, 1862 apud Le Goff, 1992). “Não há história sem documentos”, afirma Saraman, entretanto, “há que se tomar a palavra documento no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou de qualquer outra maneira” (Saraman, 1961 apud Le Goff, 1992:540), ideia que vai ao encontro do pensamento de Ferreira (2004).

Com o advento da História Nova, cujas bases se encontram no lançamento da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, em 1929, houve uma subversão de alguns princípios norteadores não só no domínio da História, como também no âmbito das outras Ciências Humanas ou Sociais. Essa visão mais ampla sobre documento, consoante com a de Fustel de Coulanges, é compartilhada por Paul Otlet, estudioso belga que definiu documento em bases mais abrangentes e adotou o termo livro para englobar todas as espécies de documento. Diz Otlet:

[...] [Documento] compreende não somente o livro, manuscrito ou impresso, mas revistas, jornais e reproduções gráficas de todas as espécies, desenhos, gravuras, cartas, esquemas, diagramas, fotografias, etc. (Otlet, 1934: 9).

Para o autor, paralelamente aos documentos impressos ou escritos “há uma montanha de documentos de toda espécie que não foram publicados ou não são destinados a sê-lo”. A partir da afirmação anterior, fica claro que – para “o homem que queria classificar o mundo” – os objetos de uma maneira geral são considerados documentos. O autor admite, de acordo com esse estudo, a possibilidade de que haja documentos de outra ordem, que não sejam apenas os escritos e também fixados sobre outro suporte que não o papel.

Seguindo essa mesma linha, Briet (1951:7), estudiosa francesa, afirma que documento é “todo indício (sinal) concreto ou simbólico, conservado ou registrado com a finalidade de representar, de reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual”. Embora a autora conserve o sentido primeiro de prova ou ensino do vocábulo documento, cabe ressaltar que ela imputou ao termo uma abrangência maior, na qual se incluem também os objetos de museu. Na realidade, Fustel de Coulanges, Otlet e Briet ultrapassaram a ideia que sempre vinculou o vocábulo documento a algo escrito, afirmando, implícita ou explicitamente, que os objetos de museu podem ser entendidos como documentos.

Nesse caminho, Rendón Rojas (1999:34) considera o documento como a objetivação do pensamento e sustenta que ele pode se apresentar impresso, digitalizado ou em qualquer outro suporte. Segundo esse autor, “o documento é o suporte que contém a informação”, e partindo do pressuposto que tudo pode se tornar documento, como estrelas, plantas, átomos, cestos, entre outros, distingue três níveis nos objetos: o primeiro diz respeito ao objeto por si mesmo; o segundo refere-se aos especialistas responsáveis por informações específicas de suas áreas de atuação; e o terceiro destina-se ao profissional que se ocupa das informações.

Se tomarmos como exemplo uma indumentária de penas oriunda do Alto Rio Negro, pertencente à coleção etnográfica do Museu Goeldi, no primeiro estágio, diríamos que é um objeto usado para enfeitar a cabeça; no segundo nível, seria objeto de estudo para especialistas de uma área específica. Seguindo o exemplo, o índio que produz e utiliza esse objeto assim se manifesta: “os adornos indígenas [...] foram criados pelo Deus Trovão [...] e representam riqueza, vida, alegria [...]” (Aguiar, 2008); um antropólogo, estudioso do tema, informa que “esse ornamento é confeccionado e utilizado pelos homens casados e por jovens solteiros em cerimônias e danças rituais” (Velthem, 2008) ou descreve uma cena em que os objetos são usados: “[...] na cabeça amarrou-se uma larga

faixa de penas amarelas e vermelhas de araracanga, embainhadas de penugens brancas do urubutinga [...]” (Koch-Grünberg, 1905 apud Velthem, 2008). São informações adquiridas pelas práticas sociais, no caso do índio, e por meio de pesquisas e observações, no caso dos especialistas no assunto.

O terceiro nível se dá quando, depois de o objeto ter sido estudado e suas informações fornecidas pelo profissional da área específica – no nosso exemplo, dois etnólogos e um índio –, essas são transmitidas a um especialista da informação documental, para que, apenas a partir de então, o documento seja por ele trabalhado. Um documento só é considerado documento no campo informacional (da Ciência da Informação) quando é manuseado, analisado e inserido em certas estruturas pelo profissional dessa área (Rendón Rojas, 1999).

A evolução, na linha do tempo, do conceito de documento para um sentido mais amplo permite compreender, de maneira clara, que o objeto etnográfico seja examinado como documento, constituindo-se em “objeto documento” ou “objeto testemunho”, quando musealizado, mas, para que ele testemunhe, é necessário fazê-lo “falar”, e isso ocorre por intermédio do pesquisador (Velthem, 2012).

Para a autora (2012: 6), os objetos etnográficos salvaguardados em museus

[...] constituem uma importante e, por vezes, rara fonte de informações sobre certo povo indígena. Revelam características de um determinado período da trajetória de uma sociedade, pois constituem os testemunhos materiais por ela concebidos e que lograram subsistir.

Assim, considera-se o objeto etnográfico como “um produto da cultura material” (Soares, 1998: 1) – neste artigo, mais particularmente da cultura material indígena – e “que foi separado de sua realidade e transferido para outra, em que passa a exercer a função de documento de sua realidade original” (Mensch, 1992).

Dessa forma, a relação de continuidade com as culturas produtoras do objeto se dá por meio da documentação, pelos registros das práticas socio-culturais dos representantes das comunidades indígenas e pela construção do conhecimento a partir das diferentes áreas científicas como a Etnografia, a Antropologia, a História, a Botânica e a Museologia, entre outras. Considerando, portanto, o objeto etnográfico como documento, entendemos que as informações a ele agregadas precisam ser organizadas para que, de alguma forma, possam contribuir para a necessidade maior do homem de dar à vida e ao universo um sentido.

A coleção etnográfica do Museu Paraense Emílio Goeldi e seu processo de musealização

Na Amazônia, o cenário que se testemunhava, em Belém do Pará, no século XIX, era aquele em que os naturalistas estrangeiros, depois de longas expedições pelo interior paraense ou regiões vizinhas, retornavam à capital da Província, repletos de espécies dos três reinos da natureza e as despachavam aos seus países de origem e também a instituições brasileiras (Benchimol, 2009).

A tentativa de implantação de um museu de caráter científico na Amazônia se concretiza quando Domingos Soares Ferreira Penna convida um grupo

de intelectuais e políticos paraenses para discutir “as bases de uma associação para a fundação de um museu indígena e de história natural nesta capital [...]” (*Jornal do Amazonas*, 1866: 2 apud Crispino; Bastos; Toledo, 2006: 326).

Fundou-se então a Associação Filomática – que ama as ciências (Ferreira: 2004) –, cujo principal objetivo seria a criação de um museu de história natural nos moldes europeus vigentes (Cunha: 1986). O MPEG nasceu e vingou como fruto do trabalho de políticos, intelectuais e cientistas que acreditaram na pesquisa de recursos naturais da Amazônia, no estudo sobre o homem que nela habitava e, sobretudo, na organização de coleções científicas e exposições públicas dos conhecimentos oriundos dessas pesquisas. O que se objetivava era a constituição de um museu como “primeiro núcleo de um estabelecimento superior; o centro a que se hão de acolher no Pará os estudos das ciências da natureza” (Graça, 1871 apud Lopes, 1977:205).

Em síntese, como não havia escolas superiores e nem academias científicas, o Museu deveria exercer a função de suprir, naquele momento, a carência, na região, desse tipo de estabelecimento. Nessa perspectiva, o idealizado foi um museu “no qual pouco a pouco se reunissem os numerosos *productos antigos e modernos* da indústria dos índios [...]. Era, por outras palavras, um *Museu archeológico e ethnográfico* que se tratava de fundar [...]” (Penna, 1894: 28, grifos do autor). A concepção do museu se deu em 1866, com a criação da referida Associação, mas apenas em 1871 o Museu Paraense, como inicialmente foi denominado, incorporou-se ao Governo Provincial e teve suas portas abertas ao público.

A formação da coleção etnográfica do MPEG está diretamente ligada à gênese da instituição (Velthem *et al.*, 2004). Os primeiros objetos desta coleção chegaram ao Museu vindos do interior, atendendo à solicitação de uma Circular emitida, em 1867, pela Associação Filomática, solicitando doações de espécies/objetos dos três reinos da natureza. Outras formas de recolhimento de objetos para o futuro Museu se deram através de cartas endereçadas pela diretoria da Sociedade Philomática aos intendentess de cidades e vilas do interior do Pará.

Em 1871, quando o Museu de fato abriu suas portas, foram doados vários objetos etnográficos acompanhados de notas explicativas, dentre os quais se podem destacar uma zarabatana com flecha, uma cabeça de índio Arara embalsamada e uma urna funerária contendo ossos (*Jornal do Pará*, 1871 apud Crispino; Bastos; Toledo, 2006). A imprensa da época² dava conta de que havia uma grande variedade de artigos, entre os quais alguns muito curiosos, como: capacetes e outros ornatos de pena, um ídolo, um busto de argila, um aparelho de tomar paricá, machadinhas de pedra, todos pertencentes a tribos indígenas.

Emílio Goeldi, em 1894, reestrutura o Museu, entre as seções incrementadas está a de Ethnologia, Archeologia e Anthropologia. Na qualidade de chefe desta Seção e Diretor do Museu, o suíço ampliou a coleção etnográfica, principalmente “por meio das excursões a campo, das doações de particulares, inclusive políticos influentes, além de eventuais aquisições”, como uma coleção de artefatos Cayapós, posteriormente tombada e identificada como Coleção Frei Gil de Villanova (Velthem *et al.*, 2004:126).

Da administração Goeldi (1894-1907) até 1921, não houve profissional

2 *Diário do Gram-Pará*, 1871 apud Crispino; Bastos; Toledo, 2006: 7.

especializado para assumir a coleção etnográfica. Curt Nimuendajú, seu primeiro chefe, registra 2.632 objetos no *Catálogo das coleções etnográficas do Museu Goeldi*, em 1921. Na década de 1950, Eduardo Galvão, no livro *Registro do material etnográfico da Divisão de Antropologia*, computa nove mil objetos entre peças etnográficas e arqueológicas (Galvão, 1957 apud Velthem et al.:2004). Atualmente (2015), a coleção etnográfica do MPEG é composta por 14.176 objetos registrados no Livro de Tombo³, sendo a maior parte de origem indígena. Vários estudos podem ser feitos a partir das coleções etnográficas. Os campos mais específicos desses estudos estão associados a

[...] pesquisas relativas a respeito da cultura material, tecnologias tradicionais, arte, história da arte, exploração do meio ambiente, processos migratórios, empréstimos e apropriações culturais, resultantes das situações de contato e redes de troca (Velthem, 2012:56).

A referida coleção também pode ser estudada por pesquisadores das Ciências Humanas e Biológicas como Antropologia, História, Museologia e Etnobiologia. É uma fonte potencial de pesquisa ainda pouco explorada por pesquisadores nacionais e de fora do país. Nesta perspectiva, foram explicitados os cinco passos do processo de musealização (Cury, 2005) para os objetos etnográficos do MPEG, a saber: aquisição, pesquisa, conservação, documentação e comunicação. Essas etapas inserem-se num processo mais amplo chamado de preservação, inerente a todos os tipos de patrimônio, como é a coleção etnográfica do MPEG.

Três momentos da documentação da coleção etnográfica do Museu Paraense Emílio Goeldi

Neste tópico, foi realizado um recorte temporal (dividido em três momentos distintos) da documentação da coleção etnográfica do MPEG, considerando a importância de três curadores que alteraram os critérios de organizar os objetos na reserva técnica e também as formas de documentá-los.

Curt Nimuendajú e a primeira organização da coleção etnográfica

Filho de Julius e Maria Unkel, nascido numa cidade da Thuringia, chamada Jena, na Alemanha, em 1883, Curt Unkel chegou ao Brasil em 1903. Até o ano de 1905, não se tem conhecimento de registros das atividades dele no país (Nunes Pereira, 1946). De 1905 a 1908, o alemão entrou em contato pela primeira vez, na qualidade de ajudante de cozinheiro, contratado pela comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, com os índios Guarani e os Kaingang no oeste de São Paulo. Sobre o convívio com os primeiros, relata Curt: “conheci os Guarani em 1905, no Oeste de São Paulo e vivi em suas tabas, com poucas interrupções até 1907, na cidade de Batalha, como um deles” (Nimuendajú, 1914 apud Nunes Pereira, 1946:17). Posteriormente, conviveu com os Apapokuva-Guarani, tribo que o adotou espiritualmente e o batizou, em 1906, na cerimônia do Nimongarai⁴ com o nome de Nimuendajú⁵ (Grupioni, 1998:173-174).

3 Informação extraída do Livro de Tombo da coleção etnográfica do MPEG, consultado em maio/2015.

4 Cerimônia de batismo entre os Apapokuva-Guarani.

5 *Nimuendajú* significa “aquele que estabeleceu morada”.

O legado de Nimuendajú para a Etnologia brasileira é precioso, não apenas pelo que escreveu, mas também pelas inúmeras coleções que formou, abastecendo museus nacionais e instituições de fora do país. Constam na Reserva Técnica *Curt Nimuendajú* do MPEG aproximadamente 1.985 objetos coletados por ele na primeira metade do século XX, referentes às etnias Aparai, Canelas Orientais, Maxacali, Xerente e Tukuna, entre outras. Na ausência da Diretora Emilia Snethlage, Nimuendajú assumia a direção científica do Museu Goeldi, responsabilizando-se pela biblioteca e pela correspondência do Museu (Grupioni:1998:178). Suas relações com o MPEG não se limitaram às atividades administrativas ou à formação de coleções etnográficas. Ministrou três cursos de Etnologia, entre 1941 e 1944, nos quais abordava aspectos materiais, econômicos e sociais de alguns povos indígenas, cotejava as culturas estudadas, além de dedicar-se a ensinar a família linguística Tupi-Guarani.

Só a partir de 1920, quando Nimuendajú assumiu a chefia da Seção de Etnologia, Arqueologia e Antropologia – nomenclatura daquela época para a atual Coordenação de Ciências Humanas – a convite de Emília Snethlage, então Diretora do Museu, a coleção etnográfica do MPEG teve sua primeira sistematização.

Antes, não havia existido para aquela seção um chefe especializado, pois essa função era de responsabilidade dos diretores do Museu, como Emílio Goeldi, por exemplo, que, adquirindo novos objetos etnográficos, promoveu o aumento das coleções.

Nimuendajú era profundo conhecedor das culturas indígenas, pois conviveu entre os mais diferentes povos desde que chegou ao Brasil no início do século XX. Ao assumir a seção, tinha essencialmente três tarefas a cumprir: realizar uma completa revisão da coleção; organizar um inventário e confeccionar um catálogo que permitisse verificar rapidamente a ausência de um objeto; e, por último, reorganizar etiquetas da exposição (Grupioni, 1998).

No exercício de suas funções, esse autodidata fez uma revisão da coleção etnográfica e, em 1921, elaborou o primeiro catálogo de objetos para a coleção. Esse catálogo, com 24 páginas, contém a relação das peças do acervo, numeradas de 1 a 2.619, datilografadas, e de 2.620 a 2.632, manuscritas. O catálogo é datado de 3 de abril de 1921, na primeira página, há o seguinte título: *Catálogo das colleções etnográficas do Museu Goeldi*. A assinatura de Nimuendajú consta na primeira página do documento, após as observações sobre o modo como se organizava a coleção.

É importante ressaltar que, na organização da coleção etnográfica de 1920/1921, já entram como indicadores de identificação dos objetos os seguintes campos informacionais: número de registro, etnia, nome do coletor, localização geográfica, data e uma breve descrição dos objetos.

Eduardo Galvão e a classificação por áreas culturais indígenas

Alguns dados biográficos sobre Eduardo Galvão que interferiram na organização da coleção etnográfica do MPEG foram abordados neste tópico, bem como a introdução da base teórica da organização por ele dada à coleção, intitulada *Áreas culturais indígenas*. Eduardo Enéas Gustavo Galvão nasceu no Rio de Janeiro, em 1921, curiosamente, ano em que Nimuendajú elabora para o MPEG

o primeiro catálogo da coleção etnográfica. Galvão: “[...] foi um dos maiores antropólogos culturais brasileiros. Ao lado de Herbert Baldus, Darcy Ribeiro, Egon Schaden e Roberto Cardoso de Oliveira, foi um dos pais fundadores da antropologia científica no Brasil” (Silva, 2008).

Segundo Silva (2008), um dos períodos fundamentais na vida de Galvão engloba a década de 1950 e os primeiros anos da década de 1960, época que coincide com as atividades desempenhadas pelo antropólogo no MPEG e que interessa de perto aos objetivos desta pesquisa.

Na década anterior, de 1941 a 1947, Galvão exerceu a função de naturalista no Museu Nacional. Em 1950, foi admitido como pesquisador nessa instituição, e, no mesmo ano, foi contratado para trabalhar como chefe no Serviço de Proteção ao Índio (SPI), na Seção de Orientação e Assistência, função na qual permaneceu, ao lado de antropólogos de renome como Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira, até 1955.

Em 1955, o pesquisador muda-se para Belém e assume a chefia da antiga Seção de Ethnologia, Archeologia e Anthropologia, à época denominada Divisão de Antropologia, na qual permaneceu por duas décadas (Silva, 2008). De 1961 a 1962, Eduardo Galvão assume a Diretoria do MPEG e seu legado é uma

[...] notável contribuição para a Antropologia Social, em particular, aos estudos de mudança cultural, religiosidade, áreas culturais indígenas e populações caboclas. Galvão foi o responsável pela formação de vários pesquisadores no Museu Goeldi bem como pela renovação dos estudos antropológicos na Amazônia (Museu, 2008).

O Museu Goeldi foi um campo privilegiado de atuação científica para Eduardo Galvão. A vinculação do Museu com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), naquele momento, e posteriormente sua subordinação ao CNPq, como órgão autônomo, deram a Galvão todo o suporte institucional necessário à implementação de pesquisas fundamentais ao seu ideal de antropólogo. Nessa fase, Galvão publicou 34 trabalhos, sendo 24 de autoria exclusiva e 10 em coautoria, além de dois livros e artigos divulgados em boletins, periódicos e outras publicações científicas. É um período caracterizado pela individualização de sua produção científica e também quando assume cargos de alta responsabilidade profissional como a Chefia da Divisão de Antropologia e, posteriormente, a Direção do MPEG (Silva, 2008).

Sob a orientação de Galvão, a Divisão de Antropologia foi reorganizada e as coleções foram conferidas, classificadas e descritas. Auxiliado pelos arqueólogos Mário Simões e Peter Hilbert, Galvão organizou e separou a coleção etnográfica da arqueológica, que se encontravam misturadas, procedendo a um novo tombamento das peças. Para a Antropologia, foi elaborado o livro *Registro do material etnográfico da Divisão de Antropologia*, contendo oito volumes e indicando, naquele momento, nove mil objetos etnográficos (Galvão, 1957 apud Velthem et al., 2004).

As proposições de Eduardo Galvão não se circunscreveram aos limites do Museu Goeldi e da coleção etnográfica. Seus estudos abrangeram uma classificação ampla sobre as tribos indígenas brasileiras. Segundo o antropólogo, durante muito tempo os grupos indígenas do Brasil eram classificados à luz da Etnologia

em grupos linguísticos, enfatizando também o lado cultural desses grupos. É comum contrapor, por exemplo, a cultura Tupi à cultura Caribe (Galvão, 1960). Essa discussão não é aprofundada na presente pesquisa porque foge aos seus objetivos, entretanto é importante que seja minimamente entendida, na medida em que esses amplos estudos etnológicos de Galvão refletiram diretamente nos critérios de acondicionamento utilizados para a coleção etnográfica do MPEG, desde 1955 até 2003.

Nessa direção, Galvão, embora reconhecendo a procedência da classificação, aponta algumas críticas e conclui que, como instrumental na taxonomia etnológica brasileira, não funcionava (Galvão, 1960):

[...] seu uso, entretanto, persistiu porque os etnólogos brasileiros, mais preocupados com o estudo individualizado de tribos indígenas e um tanto avessos a generalizações, não buscavam encontrar uma base comparativa (Galvão, 1960: 2).

O sistema de classificação proposto por Galvão sobre os grupos indígenas brasileiros foi apresentado para a comunidade acadêmica em 1959, na IV Reunião Brasileira de Antropologia, em Curitiba, numa comunicação intitulada *Áreas culturais indígenas do Brasil: 1900-1959*, e é considerado “sua principal contribuição à Etnologia brasileira” (Ribeiro: 1979: 15). Trata-se de um sistema de classificação baseado no conceito de área cultural, desenvolvido principalmente por antropólogos norte-americanos e que apresentava certas dificuldades de aplicação, no Brasil, no que diz respeito à

[...] falta de informação factual sobre um grande número de tribos e acrescia o fato de que os remanescentes indígenas, por força da expansão luso-brasileira, tiveram seus territórios reduzidos, concentrando-se, em uma mesma área, grupos de origem mais diversa (Galvão, 1960: 2).

Galvão procedeu a sua tentativa de classificação de áreas culturais indígenas, no Brasil, como ele próprio admite, por etapas. Em primeiro lugar, de acordo com o autor, foi necessário um levantamento das tribos remanescentes numa base temporal definida; em segundo lugar, foi preciso definir a situação de contato das tribos selecionadas como representativas da área. A partir desses critérios, o pesquisador dividiu as áreas culturais, entre 1900 e 1959, na realidade, não seria uma nova classificação e “sim uma adaptação das divisões elaboradas por Steward e Murdock” (Galvão, 1960: 14).

Há, segundo Galvão (1960), diferenças de métodos e conceituação nos esquemas adotados pelos norte-americanos. Cooper e Steward, por exemplo, mencionavam explicitamente as áreas (áreas culturais, área cultural tipo) e, paralelamente a esse conceito, sobrepunham uma noção diacrônica de desenvolvimento cultural, além de acentuarem as relações ecológicas e o nível de integração sociocultural dos grupos indígenas (Galvão, 1960). Por outro lado, Murdock insiste na “distribuição de determinados elementos materiais (cerâmica, trançado, tecelagem, técnicas de subsistência, etc.), e outros como a filiação linguística, classes sociais e parentesco” (Galvão, 1960: 4), como critérios para sua classificação.

Nesse sentido, baseado nos autores norte-americanos e levando em con-

sideração a “distribuição espacial contígua de elementos culturais, tanto os de natureza ergológica, como os de caráter sociocultural” (Galvão, 1960: 15), e sem esquecer os já citados aspectos referentes às relações inter e extratribais, o pesquisador brasileiro classificou os grupos indígenas, destacando 11 áreas culturais: Norte-Amazônica, Juruá-Purus, Guaporé, Tapajós-Madeira, Alto-Xingu, Tocantins-Xingu, Pindaré-Gurupi, Paraguai, Paraná, Tietê-Uruguaí e Nordeste. Galvão caracteriza cada uma das áreas culturais detalhadamente, informando sobre a localização geográfica, principais riquezas e modo de subsistência, e indica ainda quais tribos indígenas estão nelas situadas.

Quando assumiu a chefia da Divisão de Antropologia, Galvão utilizou o mapeamento desenvolvido por áreas culturais indígenas para acondicionar os objetos. Dessa forma, nas dependências da Reserva Técnica, os armários e prateleiras foram desenhados pelo próprio antropólogo, para guardar os objetos de acordo com a área cultural de proveniência. Eduardo Galvão encontrou as coleções encaixotadas, separadas por etnias indígenas, conforme havia deixado Curt Nimuendajú, no porão da Rocinha. Sob a chefia de Galvão, as coleções foram desencaixotadas, retiradas desse porão úmido e transferidas para um espaço mais adequado. Foram classificadas segundo áreas culturais e acondicionadas em armários, gaveteiros e prateleiras de madeira.

Em 1962/1963, com a chegada de Mário Simões ao Museu Goeldi, os objetos etnográficos foram separados dos arqueológicos. Entre os avanços trazidos por Galvão está a confecção do primeiro Livro de Tombo que a coleção teve, intitulado *Registro do material etnográfico da Divisão de Antropologia*. A organização dada por Eduardo Galvão à coleção etnográfica do MPEG permaneceu em vigor até 2003, enquanto ficou abrigada na Reserva Técnica do Parque Zoobotânico. Dessa forma, os objetos ficavam acondicionados em armários ou prateleiras, classificados por área cultural indígena, entretanto, os registros dos objetos, no Livro de Tombo, seguem em sua maioria os campos informacionais da organização de Nimuendajú, acrescidos de novos campos. Em setembro de 2003, a transferência da coleção para a nova Reserva Técnica do *Campus* de Pesquisa foi iniciada, sob a coordenação da etnóloga Lucia Hussak van Velthem, sobre a qual se falará no tópico a seguir.

Lucia Hussak van Velthem⁶ e a nova Reserva Técnica “Curt Nimuendajú”

Em conformidade com os dois tópicos anteriores, indica-se alguns dados biográficos de Lucia Hussak van Velthem importantes para suas atividades de curadora da coleção etnográfica do MPEG de 1985 a 2007.

Trazida pelas mãos de Eduardo Galvão ao MPEG (Velthem, 2003), em 1975, Lucia Hussak van Velthem assume a curadoria da coleção etnográfica dez anos depois, em 1985. Sua principal área de atuação é a de etnologia indígena, tendo como temas privilegiados o estudo de coleções etnográficas, cultura ma-

⁶ Graduada em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), mestre e doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP) em 1983 e 1995. Concluiu o Pós-doutorado em Paris / França, em 2006, pela Equipe de Recherche en Ethnologie Américaine/Centre National de la Recherche Scientifique EREA/CNRS.

terial, etno-estética, cosmologia e os índios Wayana, entre outros temas afins (Velthem, 2009). Ao longo da década de 1970 até 2003, algumas ações importantes ocorreram e transformaram radicalmente a infraestrutura da reserva técnica e a maneira de organização da coleção.

Quando Velthem assumiu a coleção, os objetos encontravam-se compactados, na reserva do parque, uns em gavetas, outros em prateleiras, nos armários desenhados, ainda na década de 1960, como se constata na Figura 1.



Figura 1: Acondicionamento de objetos na Reserva Técnica até 2003; fotos da autora

Além do pouco espaço, a reserva apresentava ainda problemas no sistema de refrigeração, na época. Aparelhos de ar-condicionado ligados durante o dia e desligados durante a noite causavam aos objetos pequenos danos físicos e ressecamentos. A formação também em Museologia contribuiu para que Velthem percebesse que a coleção tinha como principais problemas: um espaço inadequado, um sistema de refrigeração incompatível com a conservação dos objetos, a falta de segurança, entre outras dificuldades menores. Nesse sentido, Velthem preocupou-se em solucionar, inicialmente, os contratempos referentes à infraestrutura espacial, problemas que persistiram até a coleção ser transferida para o novo espaço, no *Campus* de pesquisa, em 2003. De 1988 a 1992, Velthem afasta-se do MPEG para fazer doutorado em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Na volta, assume por quatro anos a Direção do Museu de Arte de Belém, retornando ao Goeldi em 2000.

Ao reassumir a curadoria, Velthem submeteu à apreciação da Fundação VITAE, em 2001, o projeto *Controle ambiental na área da reserva técnica e acondicionamento do acervo etnográfico*, cujos objetivos foram o de implantar um siste-

ma de controle ambiental no novo espaço físico destinado a abrigar a reserva técnica da coleção etnográfica. A coleção etnográfica passou, então, a partir de setembro de 2003, com a conclusão das obras no espaço, a ser abrigada no *Campus* de Pesquisa, no qual já estavam as outras coleções científicas do Museu, cada uma em edifício próprio.

O avanço maior obtido na nova reserva técnica foi a implantação de um sistema de controle ambiental adequado ao armazenamento e à salvaguarda da coleção etnográfica. O projeto *Controle ambiental na área da reserva técnica e acondicionamento do acervo etnográfico*, responsável pelas ações nesse sentido, é oriundo da adaptação de um projeto do Dr. Shin Maekawa, do Getty Conservation, consultor do projeto no Goeldi.

A proposta apresentada consistiu em criar, na reserva técnica, monitoramento ambiental contínuo e preventivo, com a instalação permanente de sensores e de um sistema de coleta de dados climáticos. O sistema garantiu condições climáticas internas mais estáveis e seguras pelo uso de ventilação mecânica, a qual é controlada por sensores de umidade relativa instalados dentro e fora do edifício, de modo a manter a umidade relativa interna estável e, assim, prevenir as atividades microbiológicas, fungos e bactérias na superfície dos objetos (Velthem *et al.*, 2004: 132).

O novo espaço foi dotado de mobiliário adequado (Figura 2), e esses fatores reunidos garantiram a integridade física e conservação dos objetos para seu uso prolongado, tanto para fins de pesquisa como de difusão cultural.



Figura 2: Nova reserva técnica da coleção etnográfica do MPEG

Fotos: Luciana Kamel

Os resultados alcançados foram, principalmente, a manutenção das condições climáticas estáveis e adequadas ao controle e biodeterioração das peças que formam a coleção etnográfica; a transferência das peças etnográficas para a nova reserva técnica; e o estabelecimento, no espaço, de uma nova organização em seu acondicionamento. O novo espaço foi dotado de mobiliário adequado, e esses fatores reunidos garantem a integridade física e conservação dos objetos para seu uso prolongado, tanto para fins de pesquisa como de difusão cultural. Outras ações curatoriais referiram-se à documentação da coleção. O projeto *Conservação preventiva e documentação da coleção etnográfica do MPEG (1880-1940)*, também aprovado pela Fundação VITAE, entre seus objetivos, priorizou a documentação e a automação de parcela do acervo para, futuramente, estender tal ação para a sua totalidade.

A organização da coleção etnográfica utilizada por Velthem seguiu a numeração adotada por Galvão no Livro de Tombo, mas deixou de lado o acondicionamento por áreas culturais indígenas porque, segundo a etnóloga, os objetivos de Galvão foram mais antropológicos que museológicos e os critérios por ele adotados

[...] foram de certa forma prejudiciais para o acondicionamento das peças, pois se desconsiderou, na época, a natureza de seus materiais constitutivos e a capacidade de armazenamento dos armários. (Velthem et al.: 2004: 129)

A base classificatória de organização para a coleção etnográfica dada por Velthem sustenta-se na classificação dos objetos por categorias artesanais de Berta Ribeiro, desenvolvida no *Dicionário do artesanato indígena*, de 1988. Ribeiro propõe-se a

[...] criar uma linguagem documental controlada capaz de indexar documentos museológicos e facilitar o acesso a informações, assim estruturadas, mediante catalogação com uso de computador (Ribeiro, 1988: 11).

Obedecendo a esses pressupostos, os critérios principais adotados para o acondicionamento dos objetos, visando à melhor conservação na nova reserva, foram matéria-prima constitutiva, seguida de etnia. Nove são as categorias artesanais desenvolvidas por Ribeiro, a saber: 1) cerâmica; 2) trançados; 3) cordões e tecidos; 4) adornos plumários; 5) adornos de materiais ecléticos, indumentária e toucador; 6) instrumentos musicais e de sinalização; 7) armas; 8) utensílios e implementos de madeira e outros materiais; e 9) objetos rituais, mágicos e lúdicos (Ribeiro, 1988).

O acervo continuou a ser tombado no livro *Registro do material etnográfico da Divisão de Antropologia*, elaborado por Galvão, entretanto, a nova curadora providenciou uma cópia desse livro, para que o original ficasse preservado e a cópia pudesse ser manuseada por funcionários e pesquisadores. Em 1955, eram oito volumes e indicavam nove mil peças (Galvão, 1957 apud Velthem et al., 2004).

Atualmente, como já referido, o acervo etnográfico do Museu é composto por 14.176 objetos tombados. A partir de 2006, os testes para um sistema de informação da Coleção Etnográfica (SINCE) para a coleção etnográfica começaram a ser realizados. A contribuição de Velthem à reserva técnica e à coleção etnográfica do MPEG ultrapassa o fato de ela ter pesquisado, coletado e depo-

sitado no Museu objetos dos índios Wayana. A implantação de um sistema de controle ambiental, já citado, e a documentação cuidadosa da coleção, de cunho investigativo, buscando sempre as origens e a história, dando voz aos produtores dos objetos, demonstram sua preocupação com a preservação não apenas dos objetos, mas também das informações a eles agregadas.

Um panorama dos três momentos do processo de organização da coleção etnográfica, englobando os critérios ou as bases classificatórias para o acondicionamento dos objetos, nos mostra que Nimuendajú os armazenava em caixas numeradas identificando-as por etnia. Galvão utilizava seus estudos classificatórios para os grupos indígenas do Brasil e acondicionava os objetos por áreas culturais indígenas, na reserva técnica situada no Parque Zoobotânico. Desde 2003, a coleção está acondicionada na Reserva Técnica do *Campus* de Pesquisa do MPEG, em armários deslizantes idealizados por Velthem, a partir de categorias artesanais preconizadas no *Dicionário do artesanato indígena*, de Berta Ribeiro, datado de 1988, tendo como critérios primeiros de organização a matéria-prima constitutiva do objeto e a etnia, respectivamente.

Segundo Meneses (1994, 31-32), a documentação (processo que transforma o objeto num documento) é o eixo da musealização, sendo esta uma etapa que perpassa transversalmente os demais passos, na medida em que a aquisição, a pesquisa, a conservação e a comunicação necessitam ser documentadas a fim de que sejam acompanhados todos os procedimentos aos quais os objetos foram submetidos no âmbito de um museu.

A aquisição refere-se ao deslocamento do objeto de seu contexto original (sociedades indígenas) ou das mãos de um proprietário particular para o contexto museológico. O acervo inicial do Goeldi foi adquirido como resposta ao envio de cartas que solicitavam ajuda para formar o acervo do Museu. A forma de aquisição mais usual no MPEG é a coleta, seja pelos viajantes naturalistas no século XIX, seja por pesquisadores do próprio Museu no século XX até os dias de hoje. Outras formas de aquisição são a doação e a compra, todavia, de qualquer maneira se faz necessária a formalização da entrada dos objetos na instituição, que se concretizará com o registro do objeto e o preenchimento da ficha documental, cujos dados são retirados diretamente do objeto em questão, mas também de relatórios de viagem dos coletores, cadernos de campo dos pesquisadores, relato dos produtores, dados fornecidos oralmente ou escritos por antigos proprietários.

No Museu Goeldi, nos três períodos já mencionados, as informações sobre os objetos etnográficos foram registradas, num primeiro momento, no catálogo elaborado por Nimuendajú, posteriormente, na ficha elaborada por Galvão e no Livro de Tombo, atualmente, no pré-tombo, no Livro de Tombo e no sistema automatizado por Velthem. No processo de aquisição de objetos etnográficos indígenas para a Reserva Técnica Curt Nimuendajú estão envolvidos o curador da coleção e os pesquisadores que vão a campo e recolhem objetos das sociedades produtoras.

No que se refere à conservação, a dificuldade no tratamento desses objetos e a complexidade de seus materiais constitutivos requerem profissionais capacitados nas áreas de Museologia e Conservação para atuar na rotina da reserva. Houve cursos eventuais sobre conservação preventiva, sobre acon-

dicionamento de acervo e outros de procedimentos mais específicos, como congelamento de objetos, entretanto, não se conta com esses profissionais permanentemente na reserva.

A Comunicação consiste em disseminar informações sobre o objeto etnográfico através de exposição permanente, a partir da qual são gerados catálogos com fotos desse objeto, ou em exposições de caráter didático, em eventos como a Semana de Ciência e Tecnologia, visando a divulgar o objeto etnográfico e as informações a ele agregadas ao público não especializado, de ensino médio e, finalmente, à sociedade em geral.

Uma outra forma de disseminação de informações é por meio do empréstimo desses objetos a fim de que participem de exposições ou eventos realizados por outros museus. Alguns objetos pertencentes à coleção etnográfica do Museu Goeldi já participaram de exposições internacionais na Espanha, em Portugal, na China e na França, como também participaram de exposições itinerantes pelo Brasil. Entre estas, a *Mostra do redescobrimento - Brasil + 500*, em 2000 (Rio de Janeiro e São Paulo); *Antes: histórias da pré-história*, em 2004 (Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília); *Amazônia: native traditions*, em 2004 (China); e *Les arts des amérindiens du Brésil*, em 2005 (França) e outras. Em algumas dessas exposições, os autores (produtores dos objetos) participaram também como visitantes, como consultores de montagem (pesquisa e disseminação), indicando que as fases do processo de musealização são interdependentes e complementares.

Vinculados a um centro de pesquisa e museu ao mesmo tempo, os objetos etnográficos são foco privilegiado para a pesquisa por estudantes, pesquisadores, artistas, curadores e também pela própria sociedade produtora. É um fértil campo para produção de monografias, dissertações, teses, artigos para profissionais dos mais diversos campos de conhecimento. Há trabalhos desenvolvidos a partir do acervo, nas áreas de História, Antropologia, Arqueologia e também na área de Ciência da Informação. A publicação do material produzido também é uma forma de disseminação das informações do objeto etnográfico do MPEG, seja em forma de artigo, livro ou em trabalhos acadêmicos como monografias, dissertações e teses. Por meio de cursos, palestras, encontros, mesas-redondas e afins, as informações são transferidas e disseminadas.

O MPEG, ao longo de sua história, priorizou a informação, sua comunicação e disseminação por meio dos mais diversos canais. Em 1866, ano da fundação do Museu, por meio de lições e preleções disseminou as informações sobre etnografia, e outras disciplinas eram proferidas pelos estudiosos da época. Em 1871, no regimento provisório, constava que cada membro do conselho, inclusive seu Diretor, daria aula sobre uma das áreas de conhecimento representadas no Museu. No início do século XX, conferências públicas foram instituídas e a divulgação da história natural e da etnologia da Amazônia se dava por meio da organização e da classificação de suas coleções.

Em síntese, não tivemos a intenção de esgotar o assunto em pauta e nem responder conclusivamente às questões levantadas, mas contribuir para a reflexão sobre o processo de musealização de objetos salvaguardados em museus, que são tombados, constituem o patrimônio cultural do Brasil e, de acordo com a Constituição Brasileira, devem ser preservados e conseqüentemente pesquisados, documentados, comunicados e conservados.

Considerações Finais

Ao pesquisar sobre a história da Coleção etnográfica do MPEG, percebe-se não somente a sua trajetória, na qualidade de patrimônio cultural brasileiro, mas também a gênese da Instituição que a salvaguarda.

A ampliação do conceito de documento para um sentido mais abrangente, por outro lado, permitiu compreender, de maneira clara, que o objeto etnográfico seja examinado como tal, constituindo-se, assim, em “objeto documento”, fonte de pesquisa em várias ciências tais como a Antropologia, Museologia, Ciência da Informação e Biologia, entre outras. Sob esta ótica, os caminhos percorridos pela informação do objeto etnográfico no MPEG, estendidos a qualquer outro museu etnográfico, são variados e apontam para pesquisa de caráter interdisciplinar. Entretanto, é preciso definir os limites da relação da área estudada com as outras áreas de conhecimento (Rendón Rojas, 2008) para que não se perca o eixo condutor teórico e a pesquisa se torne incoerente. Esses objetos, fonte potencial para a pesquisa em diversas áreas do conhecimento, ainda são pouco explorados pela maioria dos brasileiros.

No referente à documentação, procedimento considerado transversal ao processo de musealização, observa-se que, dos campos informacionais que constam, atualmente, na ficha de documentação da coleção etnográfica do MPEG, Nimuendajú introduziu 11 deles, em 1921, e Galvão, por sua vez, utilizou os campos anteriores e acrescentou mais quatro na sua gestão.

É preciso ressaltar, contudo, que alguns campos existentes atualmente são oriundos de discussões e de abordagens teóricas e práticas que não se faziam presentes quando Nimuendajú e Galvão estiveram à frente da coleção etnográfica, refletindo a natural evolução das áreas de conhecimento envolvidas e também a introdução de uma visão interdisciplinar que se fez presente mais recentemente. A institucionalização das Ciências Sociais nas universidades introduziu novos paradigmas na pesquisa antropológica, e o foco de algumas questões foi alterado, incidindo diretamente, por exemplo, na relação entre museus que guardam acervos indígenas, as pesquisas antropológicas e os produtores desses objetos.

Nas primeiras pesquisas antropológicas notava-se a ausência da “voz do outro” (sociedades indígenas), que era considerada um objeto de pesquisa. A importância maior era destinada ao cientista que coletava, classificava, descrevia e exibia suas coleções como resultados de suas pesquisas. “Os povos estudados, as sociedades produtoras dos objetos coletados não tinham voz, eram considerados ‘outros passivos’ de um discurso científico” (Abreu, 2007: 142).

Atualmente, dar voz a esses “outros passivos” é assunto recorrente nas discussões e pesquisas dessa disciplina. Velthem, grande defensora da ideia da presença do outro nos museus em que há acervos que representem a sociedade desse outro, demonstra suas convicções em sua prática profissional, com reflexos na documentação da coleção etnográfica do MPEG. Finalmente, ao analisar o processo de musealização a que são submetidos os objetos etnográficos do MPEG, percebe-se que as fases deste processo apontam para uma abordagem interdisciplinar na organização do acervo, além da interdependência e complementaridade entre as fases do referido processo.

Referências

- ABREU, Regina. Tal Antropologia, qual museu? In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário; SANTOS, Myrian Sepúlveda (Orgs.). *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: MinC; IPHAN; DEMU, 2007.
- AGUIAR, Luis. Os adornos indígenas do Rio Negro. In: BASÁ Busá: ornamentos de dança. Brasília: MinC (IPHAN); FOIRN; ISA, 2008. Folder.
- BENCHIMOL, Alegria. *Informação e objeto etnográfico: percurso interdisciplinar no Museu Paraense Emílio Goeldi*. 2009. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009. Orientadora: Lena Vania Ribeiro Pinheiro
- BRIET, Suzanne. *Que'est-ce que la documentation?* Paris: Éditions documentaires industrielles et techniques, 1951.
- CHIAROTTI, Tiziano Mamede. O patrimônio histórico edificado como um artefato ideológico: uma fonte alternativa de informações. In: HABITUS, v. 3, n. 2, Goiânia, 2005. Disponível em: <<http://www.seer.ucg.br/index.php/habitus/article/view/61>>. Acesso em: 08 jan. 2009.
- CRISPINO, Luís Carlos; BASTOS, Vera; TOLEDO, Peter Mann (Orgs.). *As origens do Museu Paraense Emílio Goeldi: aspectos históricos e iconográficos (1860-1921)*. Belém: Paka-Tatu, 2006.
- CUNHA, Antonio Geraldo. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.
- DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. *Conceitos chave da museologia*. Paris: Armand Colin, ICOM. 2013.
- ENCICLOPÉDIA Einaudi. *Anthropos - Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985. v. 5, p. 37-40.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Eletrônico*. Versão 5.11. Curitiba: Positivo, 2004. 1 CD-ROM.
- GALVÃO, Eduardo. Áreas culturais indígenas do Brasil: 1900-1959. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, n. 8, jan. 1960.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio*. Rio de Janeiro: MinC; IPHAN; DEMU, 2007.
- GRANATO, Marcus. 2009. Panorama sobre o patrimônio da Ciência e Tecnologia no Brasil: objetos de C&T. In: GRANATO, Marcus; RANGEL, Marcio Ferreira (Orgs.). *Cultura material e patrimônio da ciência e tecnologia*. 1. ed. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2009, v. 1, p. 78-103.
- GRUPIONI, Luis Donisete Benzi. *Coleções e expedições vigiadas: os etnólogos no conselho de fiscalização das expedições artísticas e científicas no Brasil*. São Paulo: Hucitec; Anpocs, 1998.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico da língua portuguesa*. Versão 1.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 1 CD-ROM.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

- LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*. Nova Série, São Paulo, v. 2, p.9-42, jan.-dez., 1994.
- MENSCH, Peter van. The Object as data Carrier. In: *Towards a methodology of museology* (Phd Thesis). University of Zagreb, 1992. Disponível em <http://www.muuseum.ee/et/erialane_areng/museoologiaalane_ki/ingliskeelne_kirjand/p_van_mensch_toward>. Acesso em: 12 jun. 2015.
- MOLES, Abraham. *Teoria dos objetos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981.
- MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. Belém, 2015. Disponível em: <<http://www.museu-goeldi.br/portal/content/apresentaãoo>>. Acesso em: 06 jun. 2015.
- NUNES PEREIRA, Manoel. *Curt Nimuendajú: síntese de uma vida e de uma obra*, Belém, 1946. Disponível em: <<http://www.biblio.etnolinguistica.org>>. Acesso em: 19 set. 2008.
- OTLET, Paul. *Traité de documentation: le livre sur le livre, théorie et pratique*. Bruxelles: Mundaneum, 1934.
- PENNA, Domingos Soares Ferreira. Archeologia e Ethnografia no Brazil. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnografia*, Belém, tomo I, p.28-31, 1894.
- POMIAN, Krzysztof. *Coleção*. In: *Enciclopédia Einaudi Memória: história*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984. v. I. p. 51-86.
- RENDÓN ROJAS, Miguel Angel. Cuestiones epistemológicas de la ciencia bibliotecológica y de la Información. *Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, 1999, v. 5, n. 2, p. 31-37, jul./dez.
- RENDÓN ROJAS, Miguel Angel. *Ciencia de la información en el contexto de las ciencias sociales, humanas, epistemología, metodología e interdisciplina*. DataGramZero: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, ago. 2008. Disponível em <http://www.dgz.org.br/ago08/Art_06.htm>. Acesso em: 17 ago. 2008.
- RIBEIRO, Darcy. Prefácio. In: GALVÃO, Eduardo. *Encontros de sociedades: índios e brancos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- RIBEIRO, Berta. *Dicionário do artesanato indígena*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1988.
- SAVARY, Claude. L' objet ethnographique: moyen de connaissance des cultures? *Bulletin Annuel Musée d'Ethnographie de Genève*, Genève, n. 31/32, p. 65-80, 1988/1989.
- SCHAER, Roland. *L' invention des musées*. Paris: Gallimard; Réunion des Musées Nationaux, 1993.
- SILVA, Orlando Sampaio. *Eduardo Galvão: índios e caboclos*. Disponível em: <<http://books.google.com/books>>. Acesso em: 11 nov. 2008.
- SOARES, Márcia Fernandes Portela. *O que os olhos não vêem: reservas técnicas museológicas na cidade do Rio de Janeiro*. 1998. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro/

UNIRIO, Rio de Janeiro, 1998. Orientadora: Lena Vania Ribeiro Pinheiro.

VELTHEM, Lucia Hussak van. *O belo é a fera: a estética da produção e da predação entre os Wayana*. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia Assírio&Alvim, 2003

VELTHEM, Lucia Hussak van. *Os ornamentos de dança: uma apresentação*. In: BASÁ Busa: ornamentos de dança. Brasília: MinC (IPHAN); FOIRN; ISA, 2008. Folder.

VELTHEM, Lucia Hussak van. O objeto etnográfico é irreduzível?: pistas sobre novo sentidos e análises. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, v. 7 n.1, p.51-66, jan.-abr. 2012.

Artigo recebido em abril de 2015. Aprovado em agosto de 2015